



CONFAGRI



FLASH CONFAGRI Nº493

Maio 2021



ESPAÇO RURAL - ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

O artigo divulgado aqui é parte integrante da última edição da Revista Espaço Rural da CONFAGRI, recentemente publicada.

Excerto do artigo:

A Revista Espaço Rural entrevistou o Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Rui Martinho, abordando, entre outros, aspetos importantes como o atual contexto de pandemia que atravessamos e o papel desempenhado pelo sector agrícola e cooperativo, as perspetivas quanto à conclusão do processo de reforma da PAC, os seus objetivos e exigências, o período de transição, bem como a aplicação conjunta nos próximos anos do Programa de Recuperação e Resiliência, do PEPAC e do Portugal 2030.

ER: Estamos a atravessar um período de pandemia e de crise económica e social em que o sector agroalimentar teve e continuará a ter um importante papel. Como avalia o desempenho do sector nesta conjuntura crítica?

No último ano, caracterizado por uma grande incerteza, o sector agroalimentar foi sujeito a um desafio ímpar. Por um lado, foi um sector que assumiu, desde o primeiro momento, a responsabilidade de não parar, de continuar a trabalhar para garantir produtos seguros e de qualidade e a alimentação dos cidadãos. Por outro lado, ficou sujeito a bruscas mudanças nos canais comerciais e no perfil da procura por parte dos consumidores, com consequentes aumentos de custos e, também, redução de margens. A pandemia COVID-19 teve, sem dúvida, um efeito inesperado, global e impactante, quer na vida quotidiana de todos os cidadãos, quer em todos os sectores de atividade económica.

Mas o sector não parou e mostrou-se resiliente. Nada faltou na mesa dos portugueses e, mesmo neste contexto difícil, em 2020, aumentámos as exportações de produtos agrícolas em 5%, face a 2019.

No total do complexo agroalimentar, aumentámos as exportações em 2,5% e diminuímos as importações em 4,8%, também face a 2019. Isto significa que os produtos portugueses são reconhecidos pelos consumidores, que lhes dão preferência. E significa ainda que a Política Agrícola Comum cumpriu o seu papel: garantiu a resiliência e a segurança dos sistemas alimentares. Mas, acima de tudo, é o resultado do trabalho de todos, sobretudo dos agricultores, que nunca cruzaram os braços, e de todos os agentes do complexo, que souberam estar à altura deste grande e inesperado desafio.

Assim, as prioridades do Ministério da Agricultura (MA) passaram, e passam, por continuar a garantir o crescimento económico do sector, designadamente através da criação de valor acrescentado e dos apoios necessários ao reforço da produção nacional, e por continuar a agilizar as condições para a recuperação da evolução positiva da balança comercial, verificada nos últimos anos. Sendo certo que, olhando para o desempenho do sector no atual contexto e tendo em conta os instrumentos ao nosso alcance, considero que podemos encarar o futuro com confiança e otimismo.

[Continue a ler a entrevista aqui](#)

Para Subscrição da Revista Espaço Rural, poderá solicitar informações para: espacorural@confagri.pt

MUNDO RURAL UNE-SE EM MANIFESTO “POR UMA ALIMENTAÇÃO CONSCIENTE EM PORTUGAL”

Campanha de *fake news* gera indignação no setor agroalimentar

Organizações ligadas à Alimentação e ao Mundo Rural repudiam as inverdades sobre o agroalimentar e condenam a campanha de rumores sobre uma área de atividade que é indispensável, suporta a

sustentabilidade ambiental de Portugal, alimenta os portugueses e é um dos maiores contribuintes para o equilíbrio da balança comercial do país.

Pese embora a resiliência e contributo dos setores agrícola, pecuário e agroalimentar para manter o abastecimento de alimentos em Portugal – indispensáveis, durante os confinamentos inerentes à pandemia, superando todas as dificuldades para os colocar à mesa dos portugueses –, estes setores têm vindo a ser alvo de campanhas difamatórias que, como tal, faltam à verdade e chegam mesmo a transmitir informação contraditória à ação das entidades fiscalizadoras nacionais.

As organizações signatárias consideram que não existem setores sustentáveis e setores insustentáveis, mas sim práticas comerciais sustentáveis e outras não sustentáveis. Para clarificar o debate e torná-lo adequado ao propósito de melhoria contínua e de uma abordagem menos divisionista, os setores agrícola, pecuário e agroalimentar unem-se para dar aos cidadãos a correta informação sobre estas atividades em Portugal, contribuindo, assim, para que possam fazer uma escolha livre, informada e consciente no que respeita às suas opções alimentares.

A emissão de informações propositadamente desequilibradas e ofensivas, sem verificação dos factos, motivam estas organizações ligadas à Alimentação e ao Mundo Rural a assinar o manifesto “**Por uma alimentação consciente em Portugal**” no qual esclarecem as responsabilidades e contributos dos setores em causa para o aquecimento global, a emissão de gases de efeitos de estufa (GEE), a contaminação ambiental, a saúde e bem-estar animal, o impacto na floresta e o bem-estar social.

Relativamente ao Aquecimento Global e à emissão de GEE o Manifesto esclarece que, segundo o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), documento do Ministério do Ambiente, a agricultura é responsável unicamente por 10% das emissões nacionais de GEE e por isso lhe atribui uma redução de apenas 11% até 2030 face a 2005. O Manifesto refere igualmente, usando dados da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que considerados os setores agroflorestal e pecuário, cuja propriedade está concentrada nos mesmos agentes económicos, as emissões são inferiores a 1% e que, segundo o PNEC 2030, a agricultura em Portugal é responsável por apenas 3% do consumo energético nacional. Além disto, uma análise científica do impacto destas atividades inclui considerar o contributo das pastagens para a diminuição do risco de fogos rurais prestado pela pastorícia e atestado pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Florestais (AGIF) no Plano Nacional de Ação de combate a fogos rurais. No que respeita à contaminação ambiental, no Manifesto “Por uma Alimentação Consciente em Portugal” as entidades signatárias referem que, numa década, o país reduziu o uso de fitofármacos em 43%, sendo o Estado-Membro da UE que apresenta uma maior redução da utilização destes produtos.

No que concerne à saúde e bem-estar animal, realça-se que a carne nacional provém de animais que não utilizam promotores de crescimento, situação que seria ilegal, e que as práticas nacionais promovem o bem-estar animal.

No que respeita ao risco de desflorestação, o texto assinado pelas entidades explica que em Portugal não há desflorestação e termina referindo o contributo dos setores para a economia nacional, para a criação de emprego e para o equilíbrio da balança comercial portuguesa. São expostos dados do INE que registam 7,5 mil milhões de euros em exportações, refere-se que em 2020 o agroalimentar foi o único setor que, em plena pandemia, conseguiu aumentar as exportações nacionais em 6,7% e revela-se que os setores signatários criam mais de 314.000 postos de trabalho diretos, ou seja, mais de 6% do emprego do país.

[Consulte aqui o Manifesto “Por uma alimentação consciente em Portugal”](#)

Signatários da iniciativa:

ANEB, ANIL, ANIPLA, ANSEME, APED, APEZ, APIC, APIFVET, CAP, CIP/FIPA, CONFAGRI/FENAPECUARIA, FILPORC, FPAS, IACA, OMV, PLATAFORMA SOCIEDADE ANIMAIS